

ENTRE SERTÃO, FÉ E ÁGUAS:
TRAJETÓRIA E LEGADO DE
IRMÃ NEUSA
FRANCISCA DO NASCIMENTO
(1968–2023)



LEVON
NASCIMENTO



AUTOR DO TEXTO

Levon Nascimento é professor, pesquisador e escritor norte-mineiro/baiano. É doutorando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Dom Helder e mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/ Fundação Perseu Abramo. Graduado em Ciências Sociais pela Unimontes, é professor de História na rede estadual de ensino de Minas Gerais e docente do curso de Direito da Faculdade de Taiobeiras (FAC-TAIÔ). Desenvolve pesquisas nas áreas de justiça socioambiental, políticas públicas, história e memória do Norte de Minas Gerais e é autor de mais de dez livros.



ENTRE SERTÃO, FÉ E ÁGUAS: TRAJETÓRIA E LEGADO DE IRMÃ NEUSA FRANCISCA DO NASCIMENTO (1968–2023)

Levon Nascimento¹

RESUMO

Este artigo apresenta um dossiê biográfico-histórico sobre Neusa Francisca do Nascimento, religiosa da Congregação das Irmãs da Divina Providência, cuja trajetória se vinculou às pastorais sociais da Igreja Católica e às comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. O objetivo é reconstruir e analisar sua atuação pastoral e social, especialmente sua participação na Pastoral da Juventude e no Conselho Pastoral dos Pescadores, considerando as relações entre fé, organização comunitária e defesa das populações vinculadas ao rio São Francisco. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter histórico-biográfico, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental e na análise de registros relacionados à trajetória da biografada e às instituições e movimentos nos quais atuou. Os resultados evidenciam uma experiência de militância cristã marcada pela inserção comunitária, pela opção pastoral junto às populações socialmente vulnerabilizadas e pela defesa dos modos de vida tradicionais. Conclui-se que a trajetória de Neusa Francisca do Nascimento constitui uma experiência relevante para a compreensão da atuação das pastorais sociais católicas no Norte de Minas e de sua presença histórica junto às comunidades tradicionais da região.

Palavras-chave: Neusa Francisca do Nascimento; Pastoral da Juventude; Conselho Pastoral dos Pescadores; Rio São Francisco; Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

This article presents a biographical and historical dossier on Neusa Francisca do Nascimento, a religious sister of the Congregation of the Sisters of Divine Providence, whose trajectory was closely connected to the social pastoral ministries of the Catholic Church and to traditional communities in Northern Minas Gerais, Brazil. The objective is to reconstruct and analyze her pastoral and social activities, particularly her involvement in the Youth Pastoral Ministry and the Pastoral Council of Fishers, considering the relationships between faith, community organization, and the defense of populations whose ways of life are connected to the São Francisco River. The study adopts a qualitative, historical-biographical approach, based on bibliographical and documentary research and on the analysis of records concerning her trajectory and the institutions and movements in which she was active. The results reveal an experience of Christian activism characterized by community engagement, a pastoral commitment to socially vulnerable populations, and the defense of traditional ways of life. It concludes that Neusa Francisca do Nascimento's trajectory constitutes a relevant experience for understanding the work of Catholic social pastoral ministries in Northern Minas Gerais and their historical presence among the region's traditional communities.

Keywords: Neusa Francisca do Nascimento; Youth Pastoral Ministry; Pastoral Council of Fishers; São Francisco River; Northern Minas Gerais.

¹ Levon Nascimento é professor, pesquisador e escritor norte-mineiro/baiano. É doutorando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Dom Helder e mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Fundação Perseu Abramo. Graduado em Ciências Sociais pela Unimontes, é professor de História na rede estadual de ensino de Minas Gerais e docente do curso de Direito da Faculdade de Taiobeiras (FAC-TAIÓ). Desenvolve pesquisas nas áreas de justiça socioambiental, políticas públicas, história e memória do Norte de Minas Gerais e é autor de mais de dez livros.

INTRODUÇÃO

A história das Pastorais Sociais católicas brasileiras não se esgota nos documentos episcopais, nas estruturas nacionais de coordenação ou nas biografias de dirigentes de maior projeção. Em diferentes territórios, religiosas, religiosos, sacerdotes e leigos atuaram como mediadores entre fé, educação popular, organização comunitária e reivindicação de direitos, contribuindo para a formação de redes sociais que ultrapassaram os limites estritamente paroquiais. A trajetória de Irmã Neusa Francisca do Nascimento insere-se nesse universo e oferece um caso particularmente expressivo para compreender a presença católica nas lutas sociais do Norte de Minas entre o final do século XX e as primeiras décadas do XXI.

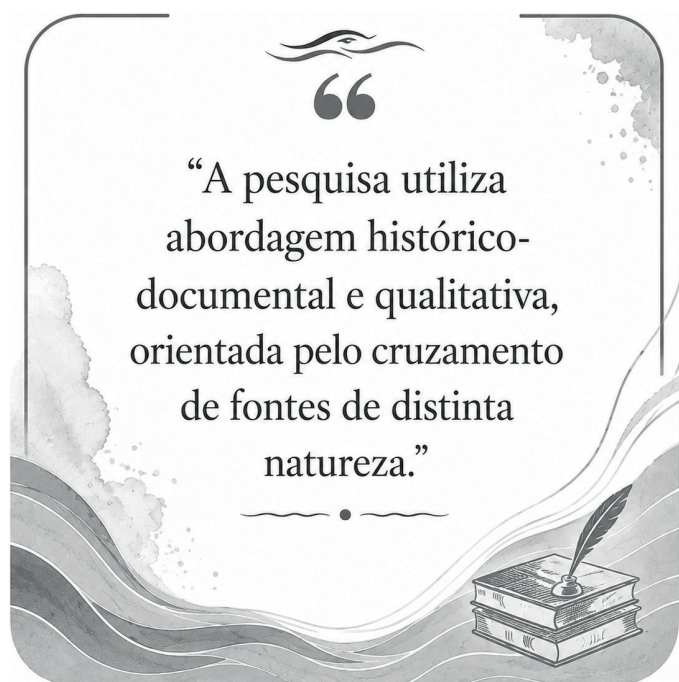
Nascida em 1968 na comunidade rural do Alegre, em Januária, e formada na experiência do catolicismo popular sertanejo, Neusa ingressou ainda jovem na Congregação das Irmãs da Divina Providência. Ao longo de aproximadamente três décadas de missão, transitou por educação, Pastoral da Juventude (PJ), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atenção à infância e adolescência, economia solidária, apoio a trabalhadores rurais, convivência com o semiárido e, sobretudo, defesa dos povos das águas e dos territórios tradicionais. A Cáritas, ao registrar sua morte, sintetizou essa pluralidade ao afirmar que ela deixou um legado de serviço “em favor da luta dos povos das terras e das águas” (Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, 2023).

O objetivo deste artigo é reconstruir essa trajetória sem convertê-la em narrativa meramente laudatória. Busca-se compreender historicamente as continuidades, deslocamentos e amadurecimentos de sua práxis, distinguindo fatos comprovados, memória institucional, testemunhos e inferências. A hipótese central é que a experiência de Neusa pode ser lida como uma longa elaboração de uma mesma matriz: pertença territorial, espiritualidade libertadora, formação crítica e protagonismo popular. Tal matriz já aparece na infância e assume formas diferentes em Taiobeiras, Montes Claros, São Francisco, Belo Horizonte, Buritizeiro e nas comunidades ribeirinhas acompanhadas pelo CPP.



“A trajetória de Irmã Neusa Francisca do Nascimento insere-se nesse universo e oferece um caso particularmente expressivo para compreender a presença católica nas lutas sociais do Norte de Minas.”

1 - FONTES, METODOLOGIA E DESAFIOS DOCUMENTAIS



“A pesquisa utiliza abordagem histórico-documental e qualitativa, orientada pelo cruzamento de fontes de distinta natureza.”

A pesquisa utiliza abordagem histórico-documental e qualitativa, orientada pelo cruzamento de fontes de distinta natureza. Entre as fontes primárias, destaca-se o texto autobiográfico “Sertão: é dentro da gente”, publicado por Neusa Francisca do Nascimento em 2019 na revista *Emblemas*. O documento possui valor excepcional porque permite observar como a própria religiosa selecionou e interpretou acontecimentos de sua infância, origem familiar, formação religiosa e militância. Como toda autobiografia, não deve ser tomada como espelho integral do passado, mas como produção de memória situada, na qual lembranças individuais são reorganizadas à luz de experiências posteriores.

Também foram examinados o Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco, coordenado por Letícia

Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento e Thaísa Gomes Ferreira; escritos publicados pelo CPP; registros da ALMG; notas da Cáritas; entrevistas e reportagens; homenagens póstumas e documentos acadêmicos. Para o período taiobeirense, o Memorial da Juventude de Taiobeiras, de Flaviana Costa Sena Nascimento e Levon do Nascimento, é fonte central. A obra informa expressamente que sua pesquisa utilizou os “Arquivos da Pastoral da Juventude de Taiobeiras”, além de arquivos de grupos juvenis locais (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 4). Isso lhe confere especial interesse para reconstituir a dinâmica da PJ entre 1993 e 1996, justamente quando Neusa exercia assessoria pastoral no município.

Há divergências pontuais entre fontes quanto às datas de conclusão de cursos e ao nome de instituições de formação. O próprio texto autobiográfico registra Ciências Religiosas na PUC de Curitiba, Ciências Sociais na Unimontes, especialização em projetos sociais pela UNIGRANRIO e curso de Direito Agrário na UFG (Nascimento, 2019, p. 102). Fontes memorialísticas posteriores apresentam pequenas variações. Em razão disso, quando a documentação não permite decisão segura, preserva-se a divergência em vez de uniformizá-la artificialmente. A mesma cautela vale para atribuições pessoais: atividades da PJ no período de 1993 a 1996 são relacionadas à assessoria de Neusa apenas quando existe convergência cronológica e funcional, sem imputar-lhe individualmente ações cuja autoria coletiva não pode ser decomposta.

2 - “CHEGUEI PARA COMPOR O MUNDO”: RAÍZES SERTANEJAS

Neusa nasceu em 6 de junho de 1968 e, ao reconstruir esse momento, escreveu: “Cheguei para ‘compor o mundo’ no dia 06 de junho de 1968”. A frase funciona, retrospectivamente, como chave narrativa de uma autobiografia que associa existência pessoal, comunidade e história social (Nascimento, 2019, p. 98).

Sua origem está na comunidade rural do Alegre, em Januária, também chamada Alegre de Riacho da Cruz, posteriormente reconhecida como comunidade quilombola. Filha de Adélia Ferreira do Nascimento e Joaquim Francisco do Nascimento, foi a segunda entre oito irmãos. A autobiografia é particularmente rica na descrição da genealogia familiar e das mobilidades sertanejas: avós, parentes, terras sem documentação, moradia de pau a pique, migrações para São Paulo em períodos de escassez, roças, criação de animais e retorno do pai para o plantio com a chegada das chuvas. Mais do que elementos pitorescos, essas experiências compõem uma memória social da precariedade fundiária e da dependência das condições climáticas no Norte de Minas (Nascimento, 2019, p. 99-100).

Pelo lado paterno, Neusa relacionava sua família aos “catrumanos dos Gerais” e registrava memórias de ancestralidade indígena vinculadas à avó Cândia Maria do Nascimento, de traços indígenas, mencionando a possibilidade de raízes Xakriabá na região do Peruaçu. A própria autora apresenta essa conexão como crença e hipótese familiar, razão pela qual não deve ser convertida em afirmação de pertencimento étnico comprovado. Mais seguro é reconhecer que sua narrativa evidencia uma consciência precoce da diversidade cultural do sertão e uma atenção às histórias subalternizadas, traços que reapareceriam na defesa posterior de quilombolas, vazanteiros e pescadores tradicionais.

3 - CATOLICISMO POPULAR, MULHERES E SOLIDARIEDADE

A religiosidade vivida no Alegre era marcada por festas de santos, rezas por chuva, benzimentos, mutirões, velórios, circulação de imagens e intensa participação das mulheres. Neusa descreveu uma comunidade na qual igreja, sociabilidade, escola e cooperação material se sobrepunham. O aprendizado religioso, portanto, não era apenas catequético: constituía uma pedagogia cotidiana da reciprocidade.



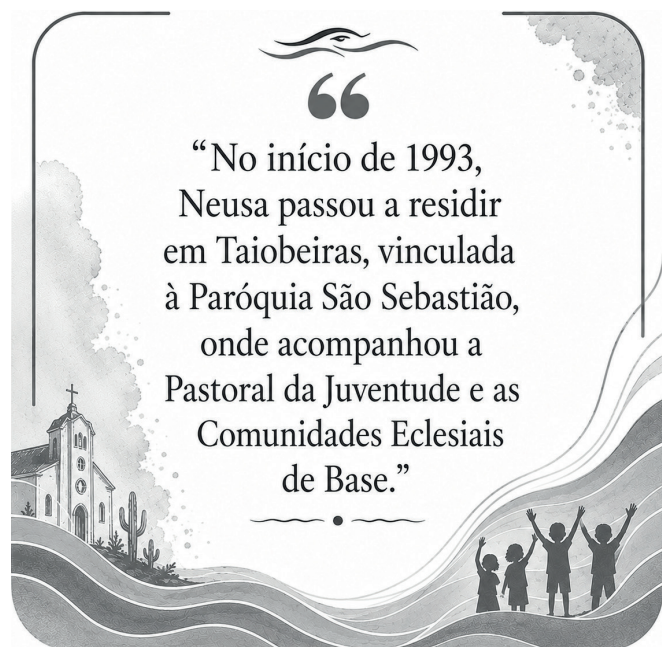
Em sua memória, doença, parto, morte e festa acionavam redes coletivas de trabalho e cuidado, especialmente femininas, que produziam pertencimento social e funcionavam como mecanismos informais de proteção diante da ausência ou insuficiência de políticas públicas (Nascimento, 2019, p. 101-102).

Também as Campanhas da Fraternidade exerceram influência formativa. Neusa associou as campanhas dos anos 1970 a temas de libertação, fraternidade, migração e cuidado ambiental, reinterpretando posteriormente essa experiência à luz da ecologia integral. A Igreja aparece em sua autobiografia como espaço de encontro, celebração, formação, lazer e mobilização de recursos. O rádio, por sua vez, ampliava horizontes: por ele ouviu referências ao Concílio Vaticano II, acompanhou notícias e músicas e integrou narrativas nacionais à experiência doméstica. Assim, a formação religiosa de Neusa articulou espiritualidade popular, comunicação de massa e linguagem eclesial renovada, num período de recepção latino-americana do Vaticano II e de fortalecimento das comunidades de base.

Essa matriz ajuda a compreender por que, na vida adulta, sua ação pastoral evitaria separar cuidado concreto e transformação estrutural. A solidariedade aprendida em mutirão permanecia relevante, mas era requalificada por instrumentos de educação popular e leitura crítica da realidade. Em vez de negar a caridade comunitária, Neusa a deslocava para uma perspectiva de direitos, organização e protagonismo, combinação que se tornaria visível na Pastoral da Juventude de Taiobeiras, no CEIA, na economia solidária e, mais tarde, nos processos de territorialização dos pescadores e vazanteiros.



4 - VIDA RELIGIOSA E FORMAÇÃO



Neusa saiu da comunidade de origem aos 17 anos e ingressou, em 1987, na Congregação das Irmãs da Divina Providência. Realizou formação religiosa no Sul do país e, entre 1990 e 1992, desenvolveu atividades educacionais em Laguna e Brusque, Santa Catarina. A passagem para a vida consagrada não significou ruptura com o lugar de origem. Ao contrário, sua autobiografia enfatiza a permanência dos vínculos com parentes, afilhados, comadres, compadres e moradores do Alegre, demonstrando que a vocação religiosa foi incorporada a uma identidade territorial anterior, e não construída contra ela (Nascimento, 2019, p. 102).

A formação acadêmica acompanhou esse processo. Estudos religiosos ofereceram linguagem teológica; Ciências Sociais, instrumentos de análise das desigualdades; especialização em projetos sociais, ferramentas de gestão; e Direito Agrário, no final da trajetória, repertório jurídico para conflitos

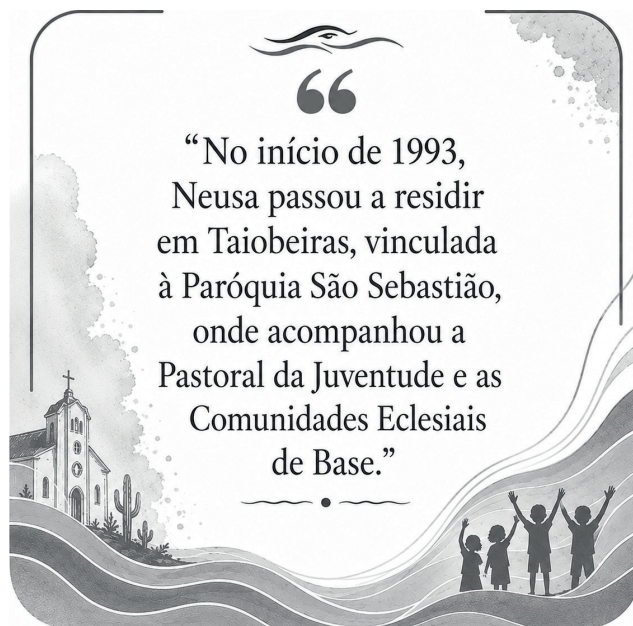
territoriais. A articulação entre experiência e formação foi cumulativa: cada nova etapa acrescentou instrumentos às mesmas preocupações fundamentais. Tal continuidade permite compreender por que seu trabalho final sobre Canabrava não foi desvio acadêmico tardio, mas aprofundamento de uma prática já antiga de acompanhar comunidades ameaçadas e converter seus conflitos em questões públicas e institucionais.

5 - TAIOBEIRAS, 1993-1996: JUVENTUDE, FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR

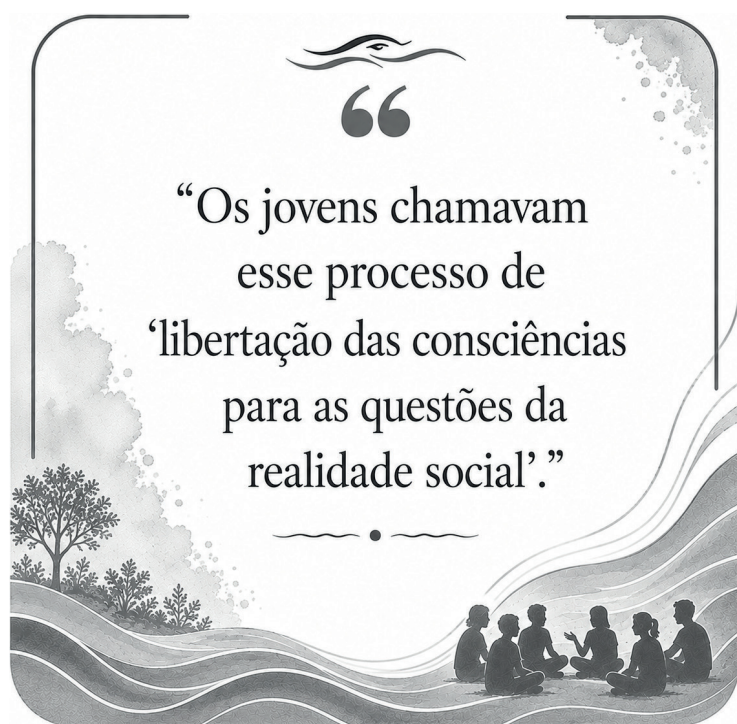
No início de 1993, Neusa passou a residir em Taiobeiras, vinculada à Paróquia São Sebastião, onde acompanhou a Pastoral da Juventude e as Comunidades Eclesiais de Base. A Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais registra explicitamente essa atuação e também a posterior fundação do CEIA (Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, 2023). O jornal Folha Regional, de Taiobeiras, acrescenta que, numa fotografia do Dia Nacional da Juventude de outubro de 1993, Neusa aparece realizando a oração inicial do encontro, evidência visual direta de sua participação naquela mobilização (Nascimento, 2023).

O Memorial da Juventude de Taiobeiras permite compreender a densidade dessa missão. A obra afirma que a PJ local ultrapassou práticas exclusivamente assistencialistas e incorporou formação social e política. Em formulação sintética, registra que “a formação social e política passou a ser um novo elemento” (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 27). Na sequência, a obra descreve cinco dimensões da formação juvenil: afetividade, espiritualidade, cidadania, sociabilidade e ação concreta na realidade social. Trata-se de uma pedagogia que aproxima formação integral, protagonismo juvenil e compromisso comunitário, compatível com a função de assessoria que Neusa exercia.

Entre os eventos de 1993, destacam-se encontro de formação, Maratona Bíblica, Assembleia da PJ do Setor Norte e o Dia Nacional da Juventude. O DNJ daquele ano teve como tema “Juventude, Saúde e Aids” e lema “Um grito por solidariedade”. O Memorial o descreve como provavelmente a maior celebração do gênero até então em Taiobeiras, assinalando que saúde e sexualidade foram tratadas com clareza, abertura e consciência crítica (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 46). Fotografias registram grande público e atividades de arte, música e expressão corporal, demonstrando o emprego de linguagens culturais como meios de formação e enfrentamento do estigma relacionado à AIDS.



6 - A REDE JUVENIL



Em 1994, a PJ realizou assembleia na Fundação Santa Izabel e participou de intercâmbios regionais, entre eles missão em São João do Paraíso. O Memorial caracteriza os anos 1990 como período de efetiva formação de uma “Rede de Juventude”, na qual grupos de diferentes municípios colaboravam em aprendizado, mobilização cidadã e animação cultural (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 81-82). Essa rede mostra que a assessoria pastoral não se restringia a reuniões paroquiais: implicava circulação regional, planejamento, formação de lideranças e capacidade de conectar a juventude de Taiobeiras a Salinas, Rio Pardo de Minas, Berizal e outros municípios do Alto Rio Pardo.

O DNJ de 1994, com o tema “Juventude e Cultura”, incorporou reflexões sobre

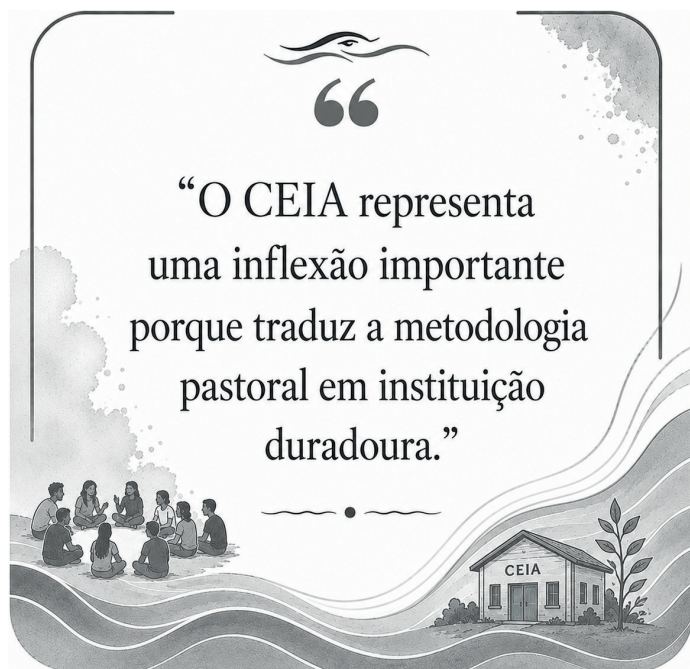
cidadania, globalização e neoliberalismo e valorizou matrizes negras e indígenas da cultura brasileira. Em 1995, uma caravana taiobereense participou, em Montes Claros, da comemoração dos dez anos da Pastoral da Juventude na Diocese. O mesmo ano registra a Campanha da Carriola, ação coletiva de arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos. O significado atribuído à campanha é particularmente revelador: o Memorial esclarece que ela deveria ser complementar à luta por políticas públicas, pois o objetivo maior era enfrentar as causas da pobreza e reivindicar alimentação, cultura, trabalho e educação (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 73).

Em 1996, o DNJ teve como tema “Juventude e Cidadania” e lema “Eu quero ver o novo no poder”. A obra define cidadania como possibilidade real de manifestação, luta, expressão e dignidade e oferece uma síntese do trabalho pastoral naquele momento. Segundo o Memorial, a articulação entre os grupos juvenis e a conscientização político-econômica, voltada à superação da corrupção, desigualdade e injustiça, era constante. O texto conclui que os jovens chamavam esse processo de “libertação das consciências para as questões da realidade social” (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 58). Tal expressão aproxima claramente a experiência local da tradição da educação popular e da pastoral libertadora.

A articulação entre a ação dos grupos de jovens e a conscientização para com as questões políticas e econômicas da sociedade, visando à superação da corrupção, da desigualdade e da injustiça, sempre foram constantes no trabalho da Pastoral da Juventude de Taiobeiras. A este trabalho de libertação das consciências para as questões da realidade social, os jovens chamaram de “Esperança” (Nascimento; Nascimento, 2010, p. 58).

A longa citação é relevante porque documenta o conteúdo concreto da PJ durante o último ano completo de permanência de Neusa em Taiobeiras. Não autoriza afirmar que ela tenha concebido sozinha essa orientação, que era coletiva e anterior à sua chegada, mas demonstra o ambiente pedagógico e pastoral que ela ajudava a sustentar. Historicamente, sua passagem coincide com um ciclo de intensa mobilização juvenil e expansão da consciência cidadã, o que permite situá-la como uma das assessoras que acompanharam a consolidação dessa cultura pastoral.

7 - DA PASTORAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA AO CEIA



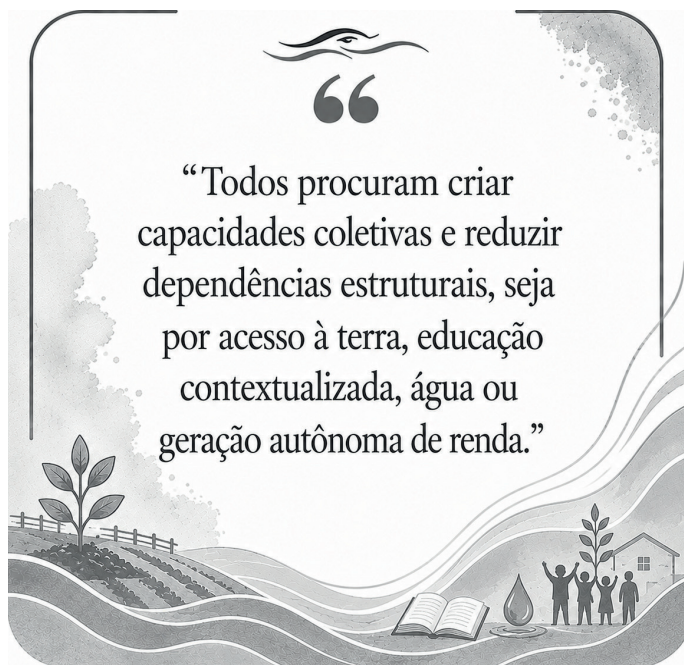
Paralelamente ao trabalho com a juventude, Neusa deparou-se com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos bairros Bom Jardim e Planalto. Iniciou, com voluntárias, atividades de reforço escolar, convivência e socialização no salão da Comunidade Santa Rita. A experiência foi organizada inicialmente como Pastoral da Infância e Adolescência e, posteriormente, transformou-se no Centro Educacional para a Infância e Adolescência (CEIA). O jornal Folha Regional registra que ela “iniciou o CEIA com a ajuda de voluntárias” no antigo salão da Comunidade Santa Rita, antes da transferência para a Fundação Santa Izabel (Nascimento, 2023).

O CEIA representa uma inflexão importante porque traduz a metodologia pastoral em instituição duradoura. A resposta começou pequena, localizada e voluntária, mas não permaneceu episódica. A leitura de uma necessidade concreta, de crianças sem apoio educacional e social adequado, foi seguida de mobilização comunitária, criação de rotina de atendimento e institucionalização progressiva. Em 1998, já após sua saída de Taiobeiras, a Câmara Municipal concedeu-lhe o título de Cidadã Honorária em reconhecimento ao trabalho desenvolvido. A permanência do CEIA nas décadas seguintes dá ao episódio um lugar singular no legado local de Neusa: trata-se de obra social que sobreviveu à presença de sua fundadora e se incorporou à rede socioeducativa do município (Nascimento, 2023).

8 - MONTES CLAROS E SÃO FRANCISCO: AMPLIAÇÃO DO CAMPO PASTORAL

De 1997 a 2000, Neusa residiu em Montes Claros, onde integrou a Comissão Diocesana de Assessores da Pastoral da Juventude e trabalhou na instituição educacional Nosso Lar. Essa etapa indica continuidade do campo juvenil, agora em escala diocesana, ao mesmo tempo em que amplia sua experiência institucional. Na fase seguinte, em São Francisco, entre aproximadamente 2001 e 2006, sua atuação passa a combinar de modo mais explícito terra, trabalho, educação e convivência com o semiárido, aproximando-a dos movimentos sociais rurais e das pastorais do campo (Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais, 2023).

Nesse período, apoiou processos de organização vinculados ao MST, colaborou com mulheres das periferias na formação de pequena unidade de produção de doces sob princípios da economia solidária, participou da implantação da Escola Família Agrícola de Tabocal e trabalhou na articulação do Programa Um Milhão de Cisternas. Embora distintos, esses campos apresentam coerência: todos procuram criar capacidades coletivas e reduzir dependências estruturais, seja por acesso à terra, educação contextualizada, água ou geração autônoma de renda. A experiência ajuda a compreender a passagem de uma atuação predominantemente juvenil para uma intervenção socioeconômica e territorial mais ampla.



9 - BELO HORIZONTE E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

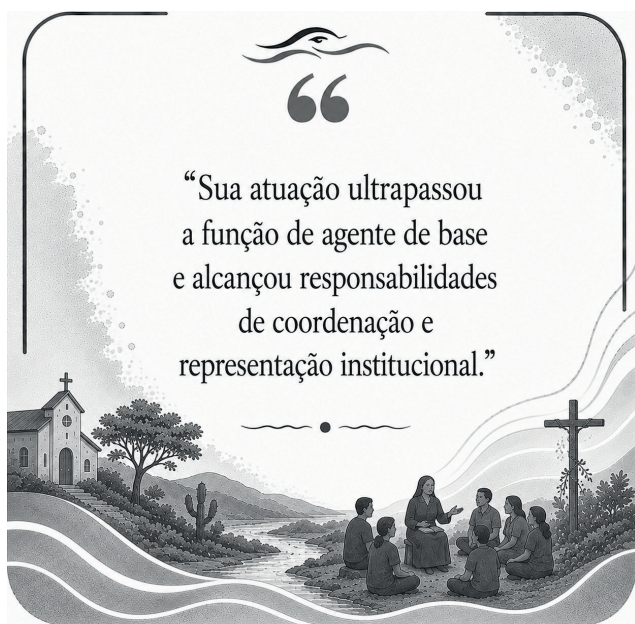


Entre 2006 e 2009, Neusa viveu em Belo Horizonte e atuou no Vicariato da Ação Social e Política da Arquidiocese, coordenando iniciativas relacionadas à geração de trabalho e renda e dialogando com grupos de economia solidária. A metrópole introduziu novos interlocutores e problemas, mas manteve o eixo da organização popular. Em sua autobiografia, ela inclui a Economia Popular Solidária entre os movimentos e redes com os quais esteve próxima ao longo da caminhada, ao lado do MST, da Articulação do Semiárido, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e das Assembleias Populares (Nascimento, 2019, p. 102).

O período belo-horizontino também reforçou a circulação entre Igreja e movimentos sociais. A experiência nas Pastorais Sociais permitiu que Neusa operasse como ponte entre

comunidades, organismos eclesiais e articulações civis. Esse papel de mediação seria decisivo mais tarde no São Francisco, quando as lutas territoriais exigiriam interlocução simultânea com Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria do Patrimônio da União, Assembleia Legislativa, associações comunitárias, movimentos de pescadores e instituições religiosas.

10 - DE VOLTA ÀS BARRANCAS: A CONSTRUÇÃO DO CPP EM MINAS GERAIS



Em 2009, Neusa retornou às barrancas do São Francisco e passou a residir em Buritizeiro, integrando a Articulação Popular São Francisco Vivo e aproximando-se de forma orgânica do Conselho Pastoral dos Pescadores. A própria autora situa esse momento como novo ciclo de sua vida: desde 2009, registrou, atuava como agente pastoral do CPP nas terras do Velho Chico, acompanhando lutas pela pesca artesanal, pelos territórios pesqueiros e vazanteiros e apoiando comunidades quilombolas e pesqueiras diante de conflitos fundiários e violações de direitos (Nascimento, 2019, p. 102).

A estruturação do CPP em Minas Gerais esteve ligada ao diagnóstico da pesca artesanal realizado entre 2010 e 2011 e à criação de espaços permanentes de articulação dos pescadores. Registros posteriores a apresentam como coordenadora do CPP

Regional Minas Gerais e Espírito Santo e, em documentos acadêmicos, como secretária-executiva do regional em parte desse período. A ALMG confirma oficialmente a condição de coordenadora regional em 2017, ao listá-la entre os participantes da audiência pública sobre Canabrava (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG, 2017a). Dessa forma, sua atuação ultrapassou a função de agente de base e alcançou responsabilidades de coordenação e representação institucional.

11 - PESCA ARTESANAL: PESQUISA E ORGANIZAÇÃO POPULAR

O Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco constitui um marco na trajetória de Neusa porque torna explícita a articulação entre pesquisa e ação social. Coordenado por Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento e Thaísa Gomes Ferreira, o levantamento abrangeu municípios ribeirinhos, aplicou 368 questionários e utilizou entrevistas, oficinas, visitas domiciliares, registros fotográficos, contatos com órgãos públicos e participação de pesquisadores comunitários. A coleta ocorreu entre fevereiro e outubro de 2010 e buscou compreender moradia, renda, pesca, relações com as colônias, acesso ao rio, poluição e outros problemas vividos pela categoria (Rocha; Nascimento; Ferreira, 2011, p. 7-10).

A proposta metodológica assumia explicitamente a educação popular e a ideia de que pesquisa deveria produzir intervenção. O relatório afirma que “o trabalho de educar e pesquisar é parte de um só corpo” e, a partir dessa premissa, procura devolver os dados às comunidades em forma de reflexão e encaminhamento (Rocha; Nascimento; Ferreira, 2011, p. 7).

O diagnóstico também documentou cercamentos de acesso ao rio, poluição, dificuldades de comercialização e fragilidades de organização política. O processo investigativo não se limitou a extrair dados: hospedagens nas casas, travessias de barco, reuniões familiares e conversas informais produziram uma pesquisa de proximidade. Essa opção metodológica revela continuidade com a pedagogia da PJ de Taiobeiras: parte-se da experiência concreta do grupo, constrói-se reflexão coletiva, sistematiza-se o problema e busca-se organização para intervir na realidade. A mudança de público, de jovens para pescadores, não eliminou a matriz pedagógica anterior, mas a adaptou a um novo campo social.



12 - MULHERES DAS ÁGUAS: GÊNERO, TRABALHO E PROTAGONISMO



A atenção às relações de gênero aparece tanto na autobiografia, que destaca o protagonismo feminino na solidariedade comunitária, quanto na atuação com as pescadoras. O diagnóstico havia evidenciado invisibilidades profissionais e desigualdades que atingiam as mulheres. Em 2013, um encontro de mulheres pescadoras do Norte de Minas reuniu participantes de diferentes municípios para discutir direitos, saúde, organização, condição feminina e participação na luta pelo território. A iniciativa articulou experiência laboral, reconhecimento profissional e mobilização política, aproximando a agenda de gênero da agenda territorial (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2013).

Essa dimensão não deve ser tratada como apêndice da organização pesqueira. Nas comunidades ribeirinhas, mulheres atuavam na pesca,

beneficiamento, comercialização, agricultura de vazante, cuidado doméstico e manutenção das redes familiares. Tornar visível esse trabalho significava disputar reconhecimento social e acesso a direitos. A experiência guarda paralelos com outras etapas da vida de Neusa: a fabriqueta de doces com mulheres periféricas, a memória das mulheres do Alegre e a atenção às crianças e famílias de Taiobeiras. Em todos esses casos, a organização social era produzida a partir de atividades tradicionalmente desvalorizadas ou invisibilizadas.

13 - CARAÍBAS: TERRITÓRIO E CONQUISTA DO TAUS

Em Pedras de Maria da Cruz, Neusa acompanhou a luta da comunidade pesqueira de Caraíbas, que enfrentava conflitos pelo uso de áreas às margens e ilhas do Rio São Francisco. Em dezembro de 2013, Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento publicaram no CPP relato sobre a concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em favor da associação local, envolvendo 30 famílias e mais de dois mil hectares. O texto apresenta a conquista como etapa de reconhecimento do território pesqueiro e de afirmação identitária, relacionando-a à resistência comunitária de longo prazo (Rocha; Nascimento, 2013).

Na avaliação publicada pelo CPP, o TAUS representava “um importante passo no empoderamento das Comunidades Pesqueiras” e devia ser compreendido dentro de uma campanha mais ampla pela regularização dos territórios tradicionais (Rocha; Nascimento, 2013).

A experiência de Caraíbas é significativa porque evidencia uma mudança de escala. A ação pastoral deixa de concentrar-se apenas em formação e passa a operar diretamente sobre instrumentos de reconhecimento jurídico do território. A religião continua presente como motivação e rede de apoio, mas a linguagem torna-se também administrativa e legal: SPU, termo de autorização, reintegração de posse, associação, regularização. Esse processo antecipa a importância que o Direito Agrário assumiria na etapa final da formação acadêmica de Neusa.

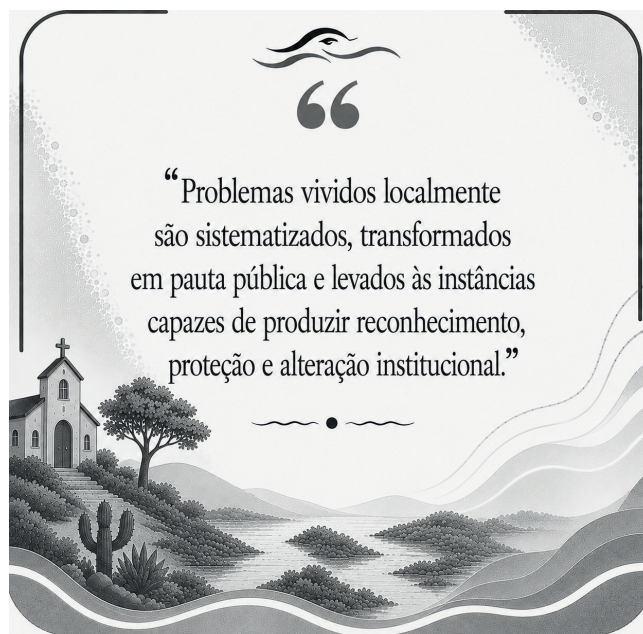


14 - CANABRAVA: DIREITOS HUMANOS E LUTA PELO TERRITÓRIO

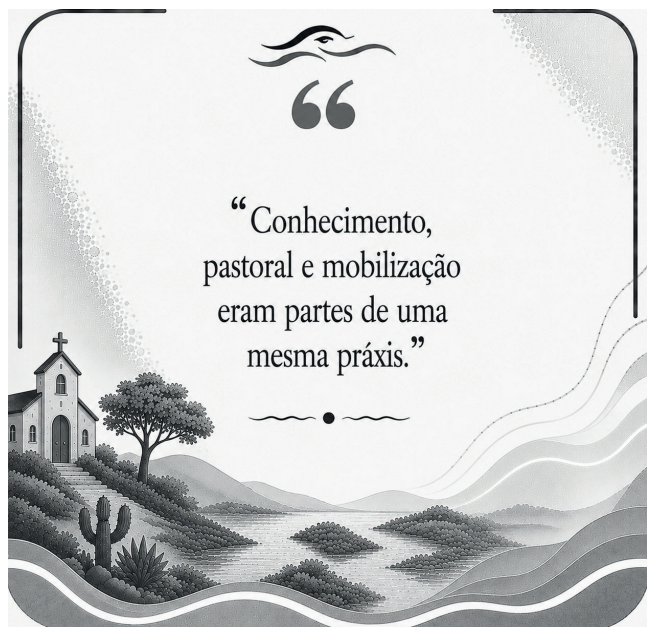
A Comunidade Tradicional Vazanteira e Pesqueira de Canabrava, em Buritizeiro, tornou-se uma das lutas mais documentadas de Neusa. Em 16 de agosto de 2017, a Comissão de Direitos Humanos da ALMG realizou audiência pública sobre conflitos e reintegração de posse na comunidade. A pauta oficial registra Neusa como coordenadora do Conselho Pastoral de Pescadores Regional de Minas Gerais e Espírito Santo, ao lado de representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, SPU e moradores de Canabrava (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG, 2017a).

Durante a audiência, a reportagem oficial da Assembleia registrou sua posição de que “a comunidade de Canabrava está dentro de área da União” e que a retirada das famílias deveria ser questionada diante dessa condição territorial (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG, 2017b).

A intervenção em Canabrava torna visível a evolução de sua atuação. Duas décadas antes, Neusa acompanhava juventudes em encontros de formação; em 2017, representava o CPP perante o Parlamento mineiro em conflito que envolvia propriedade, terras públicas, policiamento e direitos de comunidade tradicional. A passagem não representa abandono da educação popular. Ao contrário, a audiência pública pode ser entendida como extensão da mesma metodologia: problemas vividos localmente são sistematizados, transformados em pauta pública e levados às instâncias capazes de produzir reconhecimento, proteção e alteração institucional.



15 - UMA INTELECTUAL ORGÂNICA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS



A aproximação entre militância e produção intelectual torna-se mais nítida nos últimos anos da vida de Neusa. Sua formação em Ciências Sociais já oferecia instrumentos de leitura das relações de poder, mas a especialização em Direito Agrário acrescentou repertório jurídico diretamente ligado aos conflitos que acompanhava. O trabalho sobre Canabrava investigou a relação entre decisão judicial, terras públicas do São Francisco e direitos das comunidades tradicionais. Após sua morte, o estudo foi retomado e apresentado em evento acadêmico com Neusa indicada como autora *in memoriam* (Nascimento; Rocha, 2025).

O conceito de “intelectual orgânica”, empregado aqui em sentido analítico e não como autodefinição de Neusa, ajuda a interpretar essa posição. Ela não produzia conhecimento desde fora das comunidades, como observadora desvinculada, mas a partir de redes de pertencimento e acompanhamento pastoral. A pesquisa era entendida como instrumento de fortalecimento das lutas, como já ocorrera no diagnóstico da pesca. Essa inserção exige cautela metodológica, pois proximidade não elimina tensões nem produz neutralidade automática, mas constitui justamente a singularidade de sua produção: conhecimento, pastoral e mobilização eram partes de uma mesma práxis.

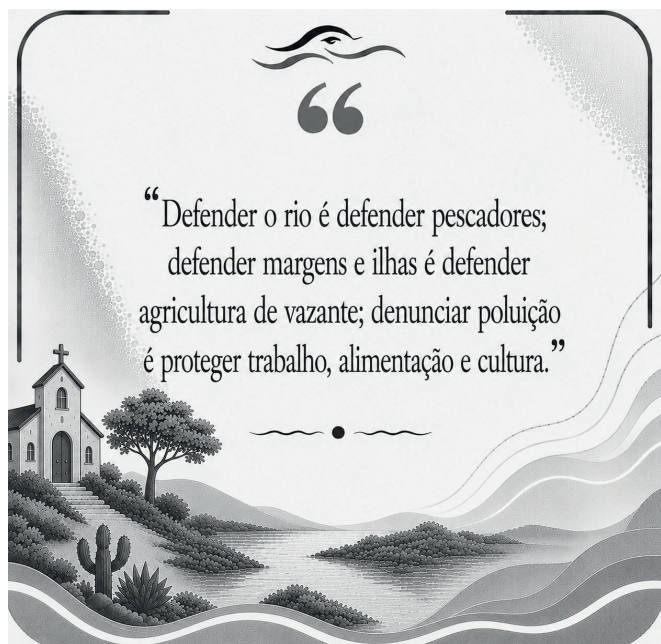
16 - DENÚNCIAS E A DIMENSÃO PÚBLICA DE SUA ATUAÇÃO

Além dos textos e relatórios, entrevistas e registros audiovisuais revelam uma Neusa cada vez mais pública. Em 2015, ao tratar do chamado cercamento das águas brasileiras, destacou que a relação das comunidades pesqueiras com o rio não era apenas econômica. A formulação é especialmente representativa de sua compreensão territorial, ao afirmar que a afinidade entre comunidade e rio “soa como uma relação de parentesco ou familiar” (Nascimento *apud* Fórum Suape, 2015). O território, nessa leitura, incorpora memória, ciclos das águas, mitos, trabalho e identidade, superando uma concepção puramente patrimonial da margem e do leito fluvial.

Em 2018, diante do incêndio da residência de uma família quilombola em Pedras de Maria da Cruz, Neusa denunciou ameaças e cobrou proteção pública. A reportagem também registrou posição divergente da Polícia Militar, o que recomenda tratar o episódio como denúncia e conflito de narrativas, não como fato penal definitivamente estabelecido (Hoje em Dia, 2018). Em 2019, após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Neusa participou de ações de denúncia do modelo mineral e de peregrinação pelas áreas atingidas. Sua presença nesses episódios amplia o horizonte da atuação ribeirinha para uma crítica socioambiental mais abrangente, na qual mineração, água, território e vulnerabilidade social são percebidos como dimensões interligadas (Moreira, 2019).



17 - UMA ESPIRITUALIDADE SOCIOAMBIENTAL

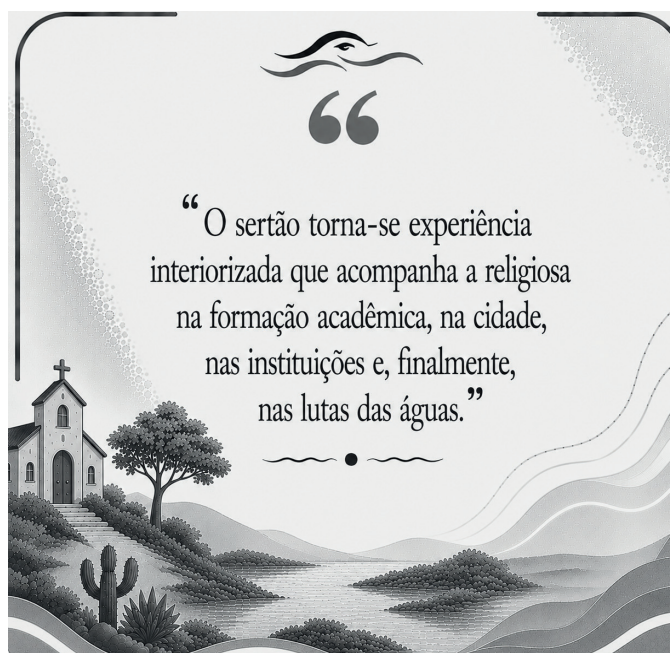


A defesa socioambiental não aparece como tema tardio. Na autobiografia, Neusa recorda que as Campanhas da Fraternidade de sua infância já associavam conversão, solidariedade e preservação do que é comum. Mais tarde, a encíclica *Laudato Si'* forneceu uma linguagem eclesial capaz de nomear como ecologia integral aquilo que ela percebia desde a experiência sertaneja (Francisco, 2015). A devastação da vegetação nativa, o avanço de eucalipto, agrotóxicos, cercamento de áreas e redução de roças são narrados não apenas como mudanças econômicas, mas como transformação do modo de vida (Nascimento, 2019, p. 100-101).

No campo pastoral, essa espiritualidade assume sentido político. Defender o rio é defender pescadores; defender margens e ilhas é defender agricultura de vazante; denunciar poluição é proteger trabalho, alimentação e cultura. A

oposição entre “social” e “ambiental” perde pertinência, pois a degradação ecológica distribui danos de forma desigual e ameaça grupos que dependem mais diretamente dos recursos comuns. É nesse ponto que a trajetória de Neusa se aproxima do vocabulário contemporâneo da justiça socioambiental, ainda que seu discurso costume partir mais da espiritualidade, do território e dos direitos comunitários do que de formulações teóricas sistemáticas.

18 - “SERTÃO: É DENTRO DA GENTE”: UMA CHAVE INTERPRETATIVA



O texto autobiográfico de 2019 permite perceber que Neusa interpretava a própria vida como travessia entre territórios sem perda das raízes. Ela relembra a enchente de 1979, migrações, mudanças no uso da terra, desaparecimento de frutos e animais, avanço de cercamentos e transformação do modelo produtivo. Essas memórias não devem ser lidas como estatística ambiental, mas como testemunho de uma percepção histórica: o sertão de sua infância havia mudado e as formas comunitárias de uso dos bens comuns estavam sendo restringidas por novas relações econômicas (Nascimento, 2019, p. 100).

A autobiografia também articula explicitamente essas raízes ao engajamento posterior. Neusa localiza no “torrão norte mineiro” os passos iniciais de sua participação popular e

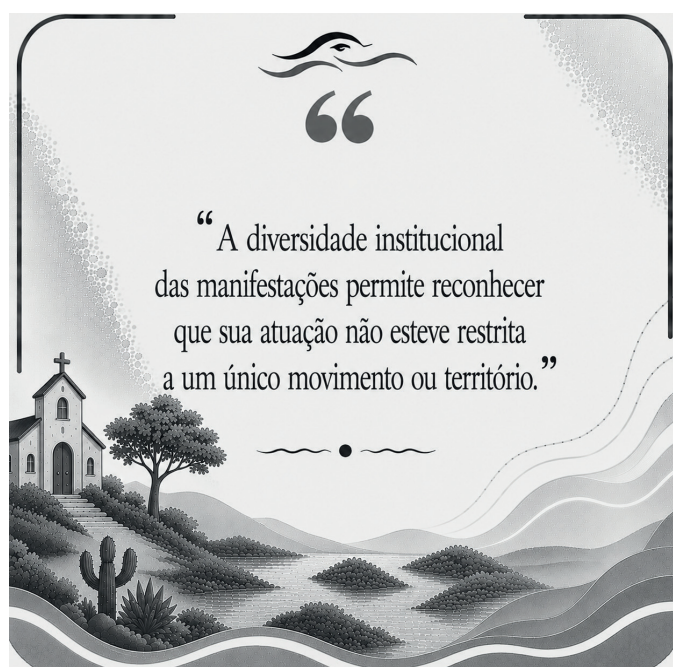
enumera, ao final, Pastorais Sociais, CEBs, MST, ASA, economia solidária, MPP e CPP como dimensões de uma caminhada continuada (Nascimento, 2019, p. 101-102). Por isso, o título “Sertão: é dentro da gente” não funciona apenas como recurso literário: sintetiza uma identidade política e espiritual. O sertão torna-se experiência interiorizada que acompanha a religiosa na formação acadêmica, na cidade, nas instituições e, finalmente, nas lutas das águas.

19 - DOENÇA, DESPEDIDA E PÁSCOA

Em 13 de setembro de 2022, durante deslocamento para atividade nacional do CPP, Neusa passou mal. No mês seguinte, recebeu diagnóstico de câncer cerebral e iniciou tratamento. O adoecimento interrompeu progressivamente sua atuação cotidiana, mas sua produção e os vínculos comunitários permaneceram como referência entre companheiras de congregação, agentes pastorais e movimentos. Ela morreu em 25 de agosto de 2023, aos 55 anos, em Florianópolis, onde se encontrava junto à Congregação das Irmãs da Divina Providência (Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais, 2023; Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, 2023).

As exéquias foram celebradas na Casa Divina Providência e o sepultamento ocorreu no Cemitério São Francisco de Assis, no Itacorubi. A repercussão de sua morte em diferentes regiões indica a amplitude dos vínculos construídos:

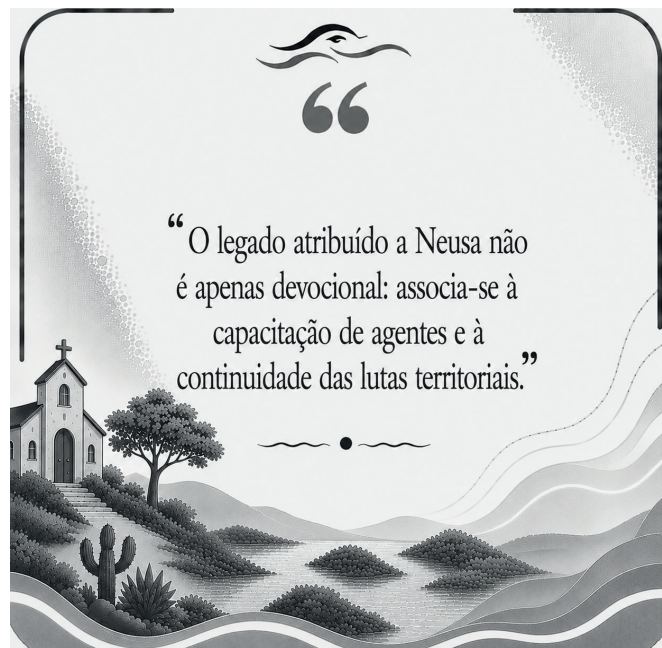
notas de pastorais, manifestações de comunidades, pronunciamentos parlamentares e homenagens acadêmicas produziram uma memória pública que passou a enfatizar a combinação entre fé, coragem, conhecimento e defesa dos pobres. Como toda memória póstuma, esse processo seleciona virtudes e tende à síntese; ainda assim, a diversidade institucional das manifestações permite reconhecer que sua atuação não esteve restrita a um único movimento ou território.



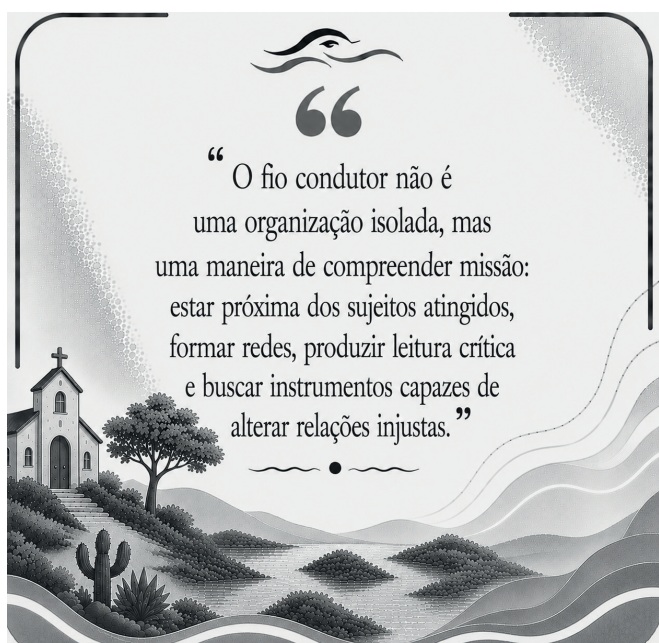
20 - MEMÓRIA E LEGADO DEPOIS DE 2023

Na ALMG, o falecimento motivou requerimento formal de pesar, posteriormente aprovado e encaminhado à Congregação das Irmãs da Divina Providência. O documento parlamentar registra institucionalmente a relevância pública de Neusa para além do circuito religioso (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG, 2023). No CPP, o auditório do Recanto dos Pescadores, em Olinda, recebeu seu nome, gesto de forte significado simbólico dentro de uma pastoral cuja história nacional antecede em décadas sua entrada no movimento. A homenagem inscreveu a agente mineira numa memória institucional mais ampla da pastoral pesqueira.

Também em 2023, uma turma da Especialização em Direito Agrário promovida pelas Pastorais do Campo em parceria com a Universidade Federal de Goiás recebeu o nome de Irmã Neusa Francisca do Nascimento. A homenagem é particularmente eloquente porque ela própria havia participado do curso. O CPP registrou que a turma recebeu seu nome “em memória da religiosa” dedicada às comunidades tradicionais (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2023b). A permanência de seu nome em espaços de formação, pesquisa e organização comunitária indica que o legado atribuído a Neusa não é apenas devocional: associa-se à capacitação de agentes e à continuidade das lutas territoriais.



21 - QUATRO DIMENSÕES DE UMA MESMA TRAJETÓRIA



O conjunto documental permite identificar quatro dimensões articuladas. A primeira é a espiritualidade libertadora, na qual fé e realidade social não aparecem separadas. A segunda é a educação popular: desde a juventude taiobereense até o diagnóstico dos pescadores, a metodologia valoriza experiência, formação, reflexão crítica e protagonismo. A terceira é a organização comunitária: CEIA, economia solidária, EFA, cisternas, grupos juvenis, associações e movimentos traduzem a convicção de que populações vulnerabilizadas devem ser sujeitos, e não apenas destinatárias de assistência. A quarta é a progressiva juridicização das lutas territoriais, visível nos TAUS, conflitos fundiários, audiências públicas e estudos de Direito Agrário.

Essas dimensões não constituem etapas que substituem umas às outras. Elas se acumulam. A experiência religiosa permanece quando o trabalho se torna jurídico; a formação popular continua quando Neusa assume coordenação regional; a solidariedade comunitária reaparece quando a pesquisa acadêmica é usada para fortalecer uma comunidade específica. Tal continuidade ajuda a explicar a coerência de uma trajetória geograficamente extensa e institucionalmente diversa. O fio condutor não é uma organização isolada, mas uma maneira de compreender missão: estar próxima dos sujeitos atingidos, formar redes, produzir leitura crítica e buscar instrumentos capazes de alterar relações injustas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

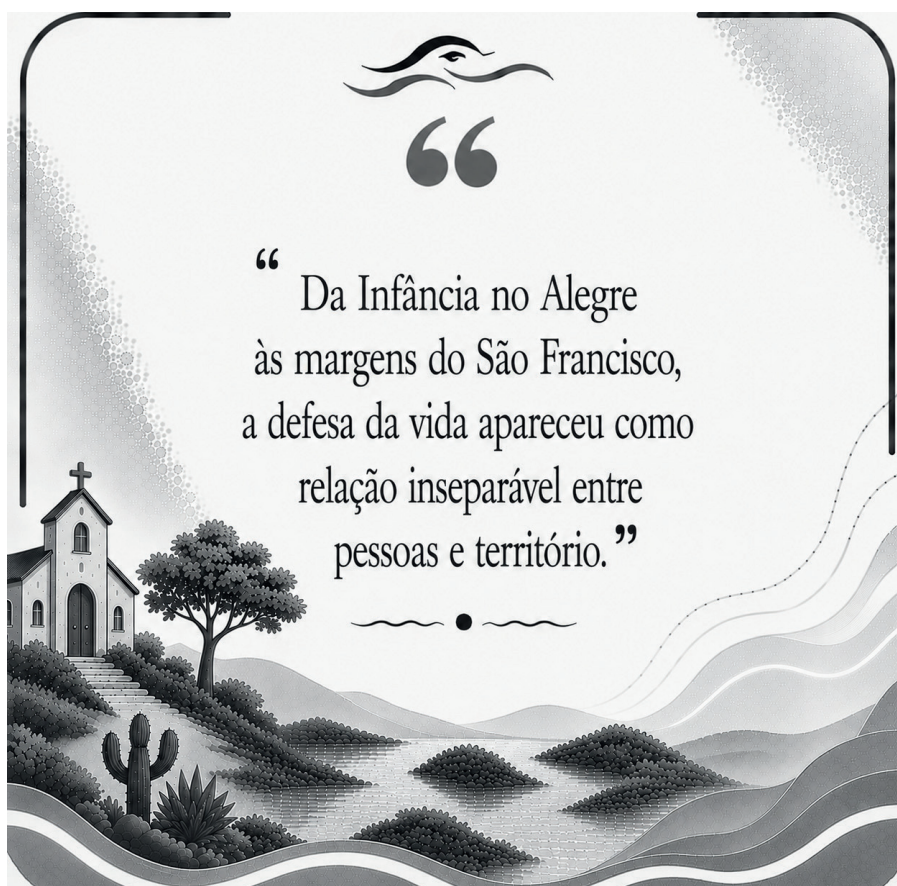
Taiobeiras ocupa lugar especial nessa interpretação porque ali se observam, em escala local, elementos que depois se tornariam recorrentes. Entre 1993 e 1996, Neusa acompanha uma PJ que discute saúde, sexualidade, cultura, neoliberalismo, cidadania e desigualdade, mantém intercâmbio regional e combina campanhas solidárias com defesa de políticas públicas. Ao mesmo tempo, diante da vulnerabilidade infantil, inicia uma experiência que se transforma no CEIA. Em outras palavras, aparecem já naquele período duas operações complementares: formação de sujeitos para a participação social e criação de estruturas concretas de proteção e cuidado.

O mesmo padrão reaparece no São Francisco: forma-se, pesquisa-se, denuncia-se e organiza-se; atende-se à urgência sem abandonar a transformação estrutural. Por isso, a passagem por Taiobeiras pode ser compreendida como importante laboratório pastoral de uma metodologia amadurecida posteriormente. Essa leitura não diminui a contribuição dos demais agentes da PJ, das CEBs ou do CEIA, nem transforma Neusa em autora exclusiva dos processos coletivos. Ao contrário, situa sua importância justamente no interior dessas redes, como assessora capaz de acompanhar, incentivar e institucionalizar experiências comunitárias.

A trajetória de Irmã Neusa Francisca do Nascimento pertence a uma geração marcada pela recepção do Concílio Vaticano II, pela tradição das CEBs, pela educação popular e pelas Pastorais Sociais, mas sua singularidade reside na maneira como essas matrizes se entrelaçaram ao sertão. Terra, chuva, migração, trabalho, religiosidade, mulheres, festas, rio e comunidade não foram apenas lem-

branças de infância: tornaram-se categorias existenciais a partir das quais ela interpretou injustiças e construiu respostas. Da infância no Alegre às margens do São Francisco, a defesa da vida apareceu como relação inseparável entre pessoas e território.

Seu legado, portanto, pode ser compreendido menos como soma de cargos e mais como uma práxis. Neusa foi religiosa, educadora popular, socióloga, articuladora comunitária e defensora de direitos socioambientais; em cada função, procurou converter presença em organização e experiência em conhecimento. O dossiê documental disponível ainda pode ser ampliado por história oral, especialmente com antigas integrantes da Congregação, agentes do CPP, lideranças de Canabrava e Caraíbas, pessoas ligadas ao CEIA e antigos membros da PJ de Taiobeiras. Mesmo antes dessa etapa, porém, as fontes já permitem situá-la como personagem relevante para a história contemporânea das Pastorais Sociais e dos movimentos territoriais do Norte de Minas.



REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG. **Comunidade tradicional cobra demarcação de terras.** Belo Horizonte, 16 ago. 2017b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/08/16_direitos_humanos_demarcacao_terras.html. Acesso em: 8 ago. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG. **Requerimento n. 3.392/2023:** manifestação de pesar pelo falecimento de irmã Neusa Francisca do Nascimento. Belo Horizonte: ALMG, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?ano=2023&num=3392&tipo=RQN>. Acesso em: 8 ago. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG. **Reunião da Comissão de Direitos Humanos**, 16 ago. 2017. Belo Horizonte: ALMG, 2017a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comissoes/direitos-humanos/8/reuniao/1/2017-08-16/09%3A30>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CÁRITAS BRASILEIRA – REGIONAL MINAS GERAIS. **Nota de solidariedade pela páscoa de Irmã Neusa Francisca do Nascimento.** Belo Horizonte, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/nota-de-solidariedade-pela-pascoa-de-irma-neusa-francisca-do-nascimento>. Acesso em: 8 ago. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – MINAS GERAIS. **Tributo à Irmã Neusa Francisca do Nascimento:** guerreira na defesa dos pobres, extraordinário legado nos deixou. 25 ago. 2023. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/tributo-a-irma-neusa-francisco-do-nascimento-guerreira-na-defesa-dos-pobres-extraordinario-legado-nos-deixou/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **CPP participa do Curso de Especialização em Direito Agrário promovido pelas Pastorais do Campo.** 17 out. 2023b. Disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/noticia/cpp-participa-do-curso-de-especializa%C3%A7%C3%A3o-em-direito-agr%C3%A1rio-promovido-pelas-pastorais-do>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Memória:** auditório do Recanto dos Pescadores do CPP em Olinda recebe o nome de Irmã Neusa. 12 set. 2023a. Disponível em: <https://cppnacional.org.br/2023/09/12/memoria-auditorio-do-recanto-dos-pescadores-do-cpp-em-olinda-recebe-o-nome-de-irma-neusa/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Mulheres pescadoras do Norte de Minas Gerais discutem sobre o ser mulher, direitos e organização.** 21 maio 2013. Disponível em: <https://cppnacional.org.br/2013/05/21/mulheres-pescadoras-do-norte-de-minas-gerais-discutem-sobre-o-ser-mulher-direitos-e/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

FÓRUM SUAPE. **Cercamento das águas brasileiras ameaça pesca artesanal.** 20 fev. 2015. Disponível em: <https://forumsuape.org.br/cercamento-das-aguas-brasileiras-ameaca-pesca-artesanal/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si':** sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

HOJE EM DIA. **Família quilombola com sete crianças tem casa incendiada no Norte de Minas.** Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/fam%C3%ADlia-quilombola-com-sete-crian%C3%A7as-tem-casa-incendiada-no-norte-de-minas-1.653752>. Acesso em: 8 ago. 2026.

MOREIRA, Gilvander Luís. **Chega de mineração! Chega de impunidade! A vida pede socorro:** Irmã Neusa, do CPP, e Clarindo, do Movimento dos Pescadores Artesanais. 28 jan. 2019. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFchega-de-mineracao-chega-de-impunidade-a-vida-pede-socorro-irma-neusa-do-cpp-e-clarindo-do-mov-dos-pescadores-artesanais-28-1-2019/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

MOREIRA, Gilvander Luís. É preciso ter coragem! **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/e-preciso-ter-coragem-por-frei-gilvander/>. Acesso em: 8 ago. 2026.

NASCIMENTO, Flaviana Costa Sena; NASCIMENTO, Levon do. **Memorial da Juventude de Taiobeiras**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2010.

NASCIMENTO, Levon. Religiosa fundadora do CEIA de Taiobeiras faleceu em Florianópolis. **Folha Regional**, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://jornalfr.blogspot.com/2023/08/religiosa-fundadora-do-ceia-de.html>. Acesso em: 8 ago. 2026.

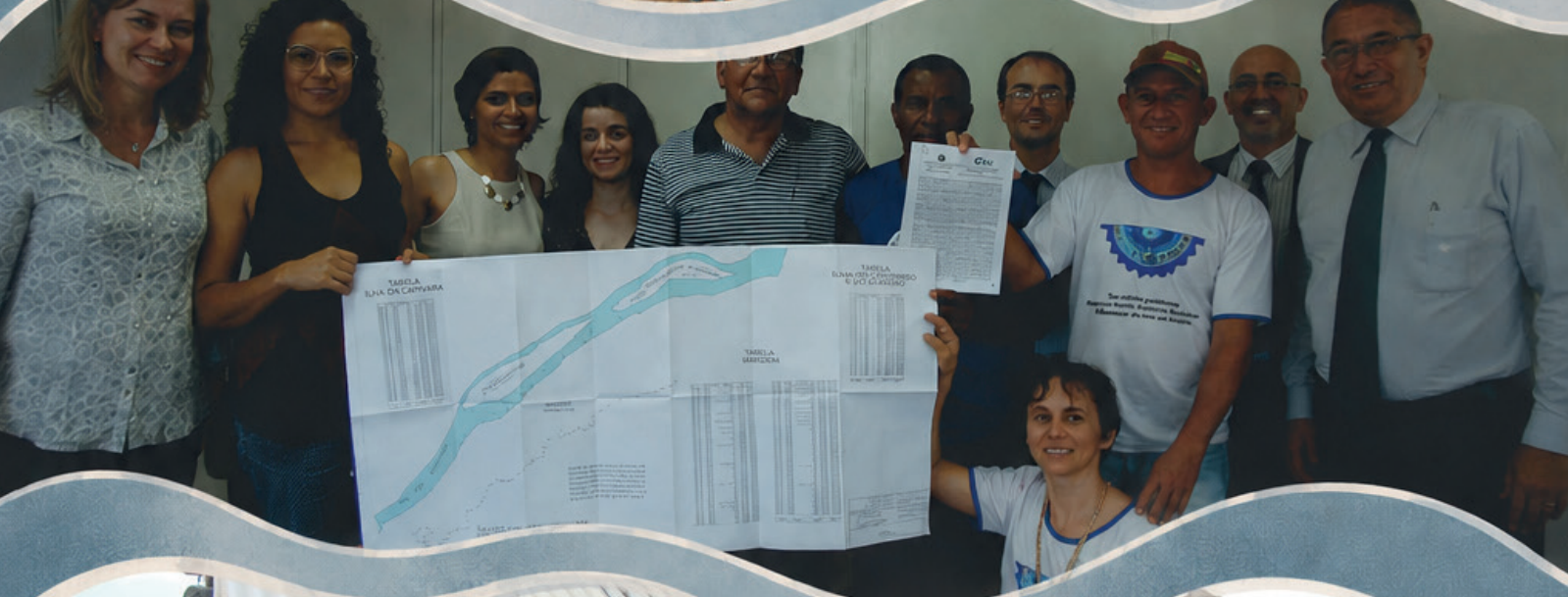
NASCIMENTO, Neusa Francisca do. Sertão: é dentro da gente. **Emblemas – Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, Catalão, v. 16, n. 2, p. 98-102, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/download/61971/34231/271309>. Acesso em: 8 ago. 2026.

NASCIMENTO, Neusa Francisca do; ROCHA, Letícia Aparecida. Decisão judicial - entre conflitos nas terras públicas do Rio São Francisco: o caso da Comunidade Tradicional de Canabrava. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 15., 2025. **Anais [...]**. 2025. Trabalho de conclusão da Especialização em Direito Agrário, elaborado originalmente por Neusa Francisca do Nascimento em 2021 e apresentado *in memoriam*. Disponível em: <https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRf9BUlFVSVZPXCI6XCIyMTUyXCJ9IiwiaCI6ImYwMDUxMDgzYTk5MzFmZDEwMjA5M2NmZjIjZjY5YzY2In0%3D>. Acesso em: 8 ago. 2026.

ROCHA, Letícia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca. Comunidade pesqueira Caraíbas conquista posse da terra em Pedras de Maria da Cruz, Minas Gerais. **Conselho Pastoral dos Pescadores**, 20 dez. 2013. Disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/noticia/comunidade-pesqueira-cara%C3%ADbas-conquista-posse-da-terra-em-pedras-de-maria-da-cruz-minas>. Acesso em: 8 ago. 2026.

ROCHA, Letícia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca; BARROS, Cristiane Martins; FERREIRA, Gilbetânia; FAVERI, Catarina. Os primórdios do serviço pastoral aos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil e as contribuições da Vida Religiosa Consagrada. **Convergência**, Brasília, n. 456, 2012. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Convergencia-456.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2026.

ROCHA, Letícia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca; FERREIRA, Thaísa Gomes. **Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas**, Alto/Médio São Francisco. Buritizeiro, MG, 2011. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1206105/diagn%C3%B3stico-da-pesca-artesanal-no-norte-de-minas--alto-m%C3%A9dio-s%C3%A3o-francisco>. Acesso em: 8 ago. 2026.





“ A trajetória de Neusa Francisca do Nascimento constitui uma experiência relevante para a compreensão da atuação das pastorais sociais católicas no Norte de Minas e de sua presença histórica junto às comunidades tradicionais da região. ”

– *Do resumo*

LEVON
NASCIMENTO

Este artigo foi escrito em 9 de agosto de 2026, como contribuição para a preservação da memória de Irmã Neusa Francisca do Nascimento, no terceiro aniversário de sua Páscoa.